

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens seguintes, relativos à administração pública — do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático —, ao empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público, à gestão por resultados na produção de serviços públicos e à governabilidade e governança.

- 36 A gestão orientada para resultados efetivos depende, especialmente, do nível de qualificação profissional e remuneração das carreiras de Estado, bem como da geração de estímulos para a formação de novas lideranças no setor público.

JUSTIFICATIVA - Certo. A construção do paradigma de gestão pública empreendedora, orientada para resultados efetivos, depende, especialmente, do nível de qualificação profissional e remuneração das carreiras de Estado, bem como de geração de estímulos para a formação de novas lideranças no setor público. Esses atores devem estar motivados em direção a objetivos comuns, tendo como referência o desejo de servir ao público. Isso exige a vontade política dos governantes de priorizar a administração pública, por meio de investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos, pesquisas e estímulos à inovação, bem como em capital humano, investindo fortemente no processo de seleção e formação continuada de gestores públicos.

- 37 A governança refere-se, entre outros aspectos, à capacidade dos poderes públicos de intermediar os interesses da sociedade civil.

JUSTIFICATIVA - Errado. A governabilidade refere-se às condições materiais do exercício do poder, à legitimidade e sustentação política dos governos para levar a cabo seu programa, ou para formular estratégias de desenvolvimento de longo prazo, ou ainda à capacidade dos poderes públicos de intermediar os interesses da sociedade civil, de articular coalizões políticas entre partidos e grupos sociais que apoiem o plano de governo. Governança, por outro lado, tem a ver com os aspectos mais adjetivos ou instrumentais do exercício do poder, seu fator determinante já não reside no apoio dos cidadãos, mas na competência dos administradores e servidores públicos no cumprimento das metas governamentais definidas politicamente. Naturalmente, uma governança eficiente aumenta a legitimidade da política estatal e, portanto, a governabilidade do país, assim como é aumentada por esta.

- 38 O paradigma para a ação pública centrada no Estado regulador busca a redução da intervenção direta e a ampliação de suas capacidades de coordenação.

JUSTIFICATIVA - Certo. A partir da década de 1980, começou-se a considerar a participação de atores da sociedade civil organizada na medida em que se delineava um novo paradigma para a ação pública centrada no Estado regulador, que busca a redução da intervenção direta e a ampliação de suas capacidades de coordenação. O enfoque das políticas públicas prenuncia-se, estando a sociedade inserida não como parte passiva, mas como agente atuante.

- 39 A visão de governo empreendedor se baseia na prestação de serviço mais eficiente para a população, apoiado nas práticas burocráticas e na busca de uma gestão por resultados, da promoção da transparência e do controle social.

JUSTIFICATIVA - Errado. O empreendedorismo governamental é a capacidade de inovar por meio de iniciativas e investimentos que buscam retornos econômicos para a região e para a administração pública. O empreendedorismo governamental é um movimento internacional que tem sido objeto de constante interesse de governantes para a formação do Estado moderno a fim de que o governo preste um serviço mais eficiente para a população, em oposição às práticas burocráticas, sendo um governo catalisador, que busca uma gestão por resultados, promoção da transparência e

do controle social, com foco no cliente cidadão e ações inovadoras.

Em relação às políticas públicas, julgue os itens a seguir.

- 40 Caracteriza-se como determinante estrutural da corrupção a maior dificuldade que certas estruturas burocráticas impõem aos agentes econômicos, o que aumenta a possibilidade de corrupção para se contornarem os empecilhos impostos pelo excesso de legislação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Quanto aos determinantes estruturais da corrupção, destacam-se três principais fatores: i) o ambiente burocrático ou organizacional; ii) a qualidade da participação social; e iii) a congruência entre o sistema legal e as demandas sociais.

O primeiro determinante, bastante discutido na literatura, diz respeito à maior dificuldade (ou facilidade) que certas estruturas burocráticas podem exercer sobre os agentes econômicos, aumentando (ou diminuindo) a possibilidade de corrupção para contornar os empecilhos impostos pelo excesso de legislação.

- 41 Na análise custo-benefício aplicada à política pública, é possível comparar os custos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados por um programa governamental.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na análise custo-benefício aplicada à política pública, tenta-se descobrir:

1. se os benefícios sociais de cada alternativa superarão os seus custos sociais, ou seja, se vale a pena investir nessa política pública;
2. qual das alternativas trará melhor razão custo-benefício (RCB), ou seja, qual delas será a mais eficiente do ponto de vista econômico;
3. qual das alternativas trará maior valor social agregado, ou seja, qual delas tem potencial de trazer maior valor presente líquido (VPL), que são os benefícios líquidos à coletividade.

Avaliações de custo-efetividade comparam os custos em termos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados pelo programa.

- 42 Uma política pública começa após a formulação de alternativas para a resolução de um problema, visto que, para que um problema comece a ser resolvido, é necessário que se encontrem soluções para ele na agenda do governo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Uma política pública começa após a definição da agenda, uma vez que para que um problema comece a ser resolvido, ele precisa entrar na agenda do governo. A partir do momento em que uma questão passa a ser vista como um problema público, envolvendo processos sociais e políticos complexos, bem como circunstâncias favoráveis, ela constará na agenda de políticas públicas. Os passos seguintes são a formulação e a escolha de alternativas de políticas e a de tomada de decisão.

- 43 No processo de formulação de políticas públicas, os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões e resolvem conflitos em um cenário político.

JUSTIFICATIVA - Certo. Vários autores como Leonardo Secchi, Howlet, Matias-Pereira, John Kingdon, Ricardo Gomes, destacam a participação dos atores, também conhecidos como *stakeholders* no processo de formulação de políticas públicas, desde a sua formulação até sua implementação.

Acerca das ferramentas de análise de ambiente e indicadores de desempenho, julgue os itens a seguir.

- 44 Um indicador de desempenho é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo. Os

indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Indicadores de desempenho incluem indicadores de produtividade, qualidade, capacidade e indicadores estratégicos.

- 45 A análise SWOT deve considerar como insumos os resultados da revisão documental, entrevista com as lideranças e pesquisa com servidores, visando à busca de oportunidades de melhoria, à evidência de pontos fracos e ameaças e à otimização do desempenho.
JUSTIFICATIVA - Certo. A análise SWOT deverá considerar como insumos os resultados da revisão documental, entrevista com as lideranças e pesquisa com servidores. Esses resultados deverão compor a matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A análise SWOT deverá ser feita em reunião técnica a ser realizada com a equipe de desenvolvimento do planejamento estratégico.

Com base nas normas de auditoria aplicáveis aos tribunais de contas, julgue os seguintes itens, referentes às auditorias operacionais e avaliações de programas de governo.

- 46 O critério utilizado nas auditorias operacionais e avaliações de programas de governo pode basear-se no conhecimento do auditor acerca das melhores práticas relacionadas ao modo como as atividades são realizadas para serem mais econômicas e eficientes.
JUSTIFICATIVA - CERTO: Nas auditorias de conformidade e de demonstrações financeiras, o critério costuma ser inequívoco (a lei, a norma, o contrato, etc.). Já nas auditorias operacionais e avaliações de programas de governo, o critério deve ser estabelecido pelo auditor. A NBASP 3000, no item 46, estabelece que “os critérios nem sempre estão prontamente disponíveis para o auditor; eles normalmente se baseiam no conhecimento das melhores práticas sobre como as atividades são realizadas para serem mais econômicas e eficientes (ou que condições são as mais favoráveis para o bom desempenho e a efetividade).”
- 47 A materialidade corresponde ao valor financeiro envolvido diretamente na execução do objeto auditado.
JUSTIFICATIVA - Errado. O conceito de materialidade está associado à importância relativa de uma questão em relação ao seu contexto. Em se tratando de auditoria operacional ou avaliação de programa de governo, essa importância pode não estar relacionada ao valor financeiro. A NBASP 300 estabelece no item 33 que “Os auditores devem considerar a materialidade em todas as fases do processo de auditoria. Atenção deve ser dada não somente aos aspectos financeiros, mas também aos aspectos sociais e políticos do objeto, com o objetivo de entregar tanto valor agregado quanto seja possível.”
- 48 O Poder Legislativo pode demandar ao tribunal de contas a realização de uma avaliação de política pública.
JUSTIFICATIVA - Certo. A Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público – NBASP 9020 estabelece, no item 3.2, que “Uma entidade pode decidir realizar uma avaliação de política pública por iniciativa própria ou por demanda de uma autoridade pública, do Legislativo, ou do Executivo (denominado de demandante).”

Julgue os itens que se seguem, relativos ao planejamento da auditoria.

- 49 Se o auditor optar pela realização de uma análise de problema, ele deve, após identificar os riscos gerais e os específicos, avaliar as respostas da administração a esses riscos, inclusive no tocante ao desenho e implementação de controles internos.
JUSTIFICATIVA - Errado. O auditor deve escolher uma das seguintes opções: avaliação de risco ou análise de problema. O procedimento descrito no item é característico de avaliação de

risco, e não de análise de problema. De acordo com a NBASP 100, item 46, “Os auditores devem realizar uma avaliação de risco ou análise de problema, e revisá-la, se necessário, em resposta aos achados de auditoria. A natureza dos riscos identificados variará de acordo com o objetivo da auditoria. O auditor deve considerar e avaliar o risco de diferentes tipos de deficiências, desvios ou distorções que possam ocorrer em relação ao objeto. Tanto riscos gerais como específicos devem ser considerados. Isso pode ser alcançado mediante procedimentos que servem para obter um entendimento da entidade ou do programa e seu ambiente, incluindo os controles internos relevantes. O auditor deve avaliar as respostas da administração aos riscos identificados, incluindo o desenho e a implementação de controles internos para tratá-los.”

- 50 Em se tratando de auditoria de demonstrações contábeis, o planejamento poderá ser mais extenso na primeira auditoria conduzida na entidade.

JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento da natureza da entidade demandará maior extensão da fase de planejamento na primeira auditoria conduzida na entidade. De acordo com a NBASP 200, item 32, “A natureza e a extensão do planejamento necessário dependerão de se tratar da primeira auditoria da entidade ou de uma auditoria recorrente, do tamanho e da complexidade da entidade, bem como da experiência anterior dos membros da equipe com a entidade.”

- 51 Na elaboração da matriz de planejamento, é prescindível a previsão de campo para registro das informações requeridas e suas respectivas fontes.

JUSTIFICATIVA - Errado. O registro das informações requeridas e de suas fontes é essencial na matriz de planejamento. De acordo com o Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações - Parte Geral, do TCDF, em seu item 1.9 do Capítulo I do Título 3, “A matriz de planejamento deverá conter os seguintes campos (Apêndice XVII): ... e) informações requeridas e a respectiva fonte;”.

Em relação aos tipos e à execução da auditoria, julgue os próximos itens.

- 52 Em cumprimento ao princípio da confidencialidade, os achados preliminares da auditoria devem ser discutidos com o supervisor da auditoria, não podendo o auditado tomar conhecimento deles antes da divulgação do relatório definitivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. As normas internacionais de auditoria estabelecem a necessidade de discussão dos achados preliminares com a entidade auditada, para garantir que estes sejam completos, precisos e apresentados de forma justa. Nos termos da NBASP 100, item 49, “Os achados preliminares devem ser comunicados e discutidos com a entidade auditada para confirmar sua validade.” O princípio da confidencialidade diz respeito ao tratamento de informações confidenciais, e não ao relacionamento do auditor com a entidade auditada.

- 53 O auditor deve usar de ceticismo profissional, ou seja, deve manter distanciamento e desconsiderar eventuais argumentos que não estejam alinhados às suas convicções.

JUSTIFICATIVA - Errado. O ceticismo profissional é um dos princípios que regem a atuação do auditor e caracteriza-se pela abertura de mente. De acordo com o item 37 da NBASP 100, “Ceticismo profissional significa manter distanciamento profissional e uma atitude alerta e questionadora quando avalia se a evidência obtida ao longo da auditoria é suficiente e apropriada. Também significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.”

- 54 O objetivo de uma auditoria de conformidade é avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem as normas que regem a entidade auditada.

JUSTIFICATIVA - Certo. A auditoria de conformidade visa avaliar

se as normas de regência estão sendo cumpridas em todos os seus aspectos relevantes. Nesse sentido, ela difere da auditoria de demonstrações contábeis, que tem por objetivo determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. A NBASP 100, em seu item 22, estabelece que “A auditoria de conformidade é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada. Essas normas podem incluir regras, leis, regulamentos, resoluções orçamentárias, políticas, códigos estabelecidos, acordos ou os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável do setor público e a conduta dos agentes públicos.”

Em auditoria de obra pública, o auditor visitou o local da obra e obteve evidência de que o material utilizado no revestimento de piso era cimentado e, portanto, de qualidade inferior ao revestimento cerâmico previsto no edital e no contrato.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

- 55** Na auditoria da obra pública em questão, o auditor aplicou a técnica de inspeção física.

JUSTIFICATIVA - Certo. A inspeção física, também chamada de verificação *in loco*, é a técnica de auditoria na qual o auditor visita o local onde o objeto da auditoria se desenvolve, a fim de comprovar, entre outras características, a qualidade da execução do objeto. Nos termos do Apêndice XXVIII do Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações do TCDF – Parte Geral, “verificação *in loco* (ou inspeção física): o uso dessa técnica permite ao auditor comprovar e formar opinião sobre: (i) existência física: comprovação da existência do item; (ii) identificação: comprovação da identificação patrimonial dos bens públicos; (iii) autenticidade: discernimento da fidedignidade do item; (iv) quantidade: apuração da quantidade real física; e (v) qualidade: comprovação visual ou laboratorial de que o objeto examinado permanece em perfeitas condições de uso”.

No que diz respeito aos agentes públicos, julgue os itens seguintes à luz da Lei Complementar distrital n.º 840/2011, da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 56** Viola a CF a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos pertencentes ao quadro funcional de servidores de determinado ente federativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento do STF é consolidado no sentido da impossibilidade, por razões de inconstitucionalidade, de previsão de regra editalícia em concurso público que favoreça candidatos em razão de serem do serviço público de determinado ente federativo (ADI 5.358, rel. Roberto Barroso, julgamento em 30/11/2020, Pleno, DJe de 15/12/2020).

- 57** O candidato aprovado em cadastro de reserva adquirirá o direito subjetivo à nomeação caso sua posição passe a se enquadrar nas vagas imediatas previstas no edital devido à desistência de candidatos nomeados classificados nas vagas imediatas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Recentemente, o STF firmou o entendimento de que o candidato aprovado em cadastro de reserva tem direito à nomeação se candidatos aprovados dentro das vagas imediatas desistirem e, por isso, a nova posição daquele candidato ficar dentro das vagas imediatas (Rel 55.801 AgR, rel. min. Edson Fachin, julgamento em 24/10/2023, 2.ª Turma, DJe de 8/11/2023).

- 58** Caso se verifique que um servidor acumula ilicitamente cargos públicos, deverá ser imediatamente instaurado processo administrativo disciplinar para apuração e regularização de sua situação funcional.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 48, §§ 1.º a 3.º, da LC n.º 840/2011, caso seja identificada a acumulação ilícita de cargos efetivos, o servidor deverá ser notificado para realizar a opção por um dos cargos. O PAD só deve ser instaurado se o servidor não realizar tal opção.

Em relação aos princípios constitucionais da administração pública e à responsabilidade extracontratual do Estado, julgue os itens a seguir com base na CF e na jurisprudência do STF.

- 59** A responsabilidade extracontratual das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos por atos comissivos é objetiva e baseia-se na teoria do risco administrativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Constituição Federal de 1988 (art. 37, § 6.º) e a jurisprudência consolidada do STF (e.g. ARE 1.385.315, voto do rel. min. Edson Fachin, julgamento em 11/4/2024, Pleno, DJe de 13/6/2024, Tema n.º 1.237, com mérito julgado) adotam a responsabilidade objetiva com base na teoria do risco administrativo.

- 60** Em observância aos princípios da publicidade e da impessoalidade, a publicidade dos atos e das campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, deles não podendo constar nomes que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se da norma prevista no art. 37, §1.º, da Constituição Federal de 1988, decorrente, de acordo com a doutrina, dos princípios da publicidade e da impessoalidade.

No que se refere ao controle da administração pública e ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 61** Um órgão administrativo e o seu titular podem delegar parte da sua competência para editar atos normativos a outros órgãos ou titulares, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 13, I, da Lei n.º 9.784/1999, aplicável ao GDF por força da Lei distrital n.º 2.834/2001, a competência para editar atos normativos é indelegável.

- 62** Pessoas com deficiência física ou mental têm prioridade na tramitação de processos administrativos em qualquer órgão ou instância da administração pública direta ou indireta.

JUSTIFICATIVA - Certo. Lei n.º 9.784/1999: “Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: (...) II pessoa portadora de deficiência, física ou mental;”.

- 63** As consequências práticas da decisão e a avaliação das alternativas possíveis não são elementos obrigatórios da atividade de controle exercida pelos tribunais de contas e pelo Poder Judiciário na análise da validade de ato ou contrato administrativo.

JUSTIFICATIVA - Errado. A LINDB (Decreto-lei n.º 4.657/1942) inovou o controle da administração pública ao incorporar a importância do consequencialismo e da avaliação das alternativas possíveis: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir, referentes a licitações e contratos administrativos.

- 64 Os contratos administrativos devem ter a forma escrita, porém admite-se também sua forma eletrônica, sendo permitido conferir sigilo a seus termos aditivos, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA - Certo. O *caput* do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 determina a forma escrita dos contratos administrativos, seu § 3.º admite a forma eletrônica e seu § 1.º autoriza a manutenção de sigilo em situações específicas, consoante os termos da Lei de Acesso à Informação.

- 65 As contratações públicas devem submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, sujeitando-se ao controle externo realizado pelos tribunais de contas, que integram a primeira linha de defesa.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os tribunais de contas, como controle externo, integram a terceira linha de defesa, nos termos do art. 169, III, da Lei n.º 14.133/2021.

A respeito dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), da aplicabilidade das normas constitucionais, do controle de constitucionalidade e do poder de reforma constitucional, julgue os itens que se seguem.

- 66 O controle difuso de constitucionalidade ocorre na via judicial e, no curso de determinado processo judicial concreto, qualquer uma das partes pode vir a suscitar, de forma incidental, uma controvérsia de natureza constitucional.

JUSTIFICATIVA - Certo. A característica essencial do controle incidental de constitucionalidade consiste no fato de que ele costuma ocorrer na via judicial, suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou, de ofício, pelo órgão jurisdicional, e vale, em regra, apenas para a decisão daquele processo.

- 67 Os limites impostos pelo poder reformador são previstos apenas no texto constitucional, como forma de reduzir a amplitude desse poder, que emana do povo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Apesar de, realmente, o poder reformador se originar no povo, que o exerce de forma indireta, por seus representantes, esse poder não esbarra apenas em limitações explícitas na constituição, mas também em limites implícitos, de modo a não descaracterizar o próprio sistema constitucional.

- 68 Em um processo criminal, ainda que observado o devido processo legal, a imposição de prisão ao réu antes da condenação criminal definitiva viola o princípio da dignidade humana.

JUSTIFICATIVA - Errado. A imposição de prisão antes da condenação criminal definitiva, ou seja, a imposição das chamadas prisões cautelares, não fere o princípio da dignidade humana, desde que se faça de acordo com o devido processo legal. A CF não prevê proibição apriorística de prisão processual.

- 69 As normas programáticas destinam-se a estabelecer formas de atuação futura para o poder público e, apesar de terem eficácia limitada, são providas de certo nível de eficácia jurídica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Uma das finalidades das normas constitucionais programáticas é exatamente a definição de políticas públicas e de objetivos para a ação estatal, mas isso não significa que sejam desprovidas de certo nível de eficácia imediata, ainda que não seja plena. Todas as normas constitucionais possuem um mínimo de eficácia, a consistir, por exemplo, em se prestar como parâmetro para o controle de constitucionalidade, bem assim orientar a interpretação normativa e a elaboração da legislação

infraconstitucional.

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos e aos direitos políticos, julgue os itens seguintes.

- 70 Os casos de inelegibilidade, que se caracterizam como formas de restrição dos direitos políticos, são previstos tanto na CF quanto em legislação infraconstitucional relativa ao tema.

JUSTIFICATIVA - Certo. Tanto a CF estabelece, em si, casos de inelegibilidade como autoriza, no seu art. 14, § 9.º, que a legislação infraconstitucional, via lei complementar, preveja outros. Esses casos estão disciplinados na Lei das Inelegibilidades — Lei Complementar n.º 64/1990, alterada, entre outras, pela Lei Complementar n.º 135/2010 (a chamada Lei da Ficha Limpa).

- 71 O *habeas corpus* é uma ação tipicamente constitucional que visa proteger um direito fundamental e evitar ofensa à liberdade de locomoção, sendo necessária a constituição de advogado para a sua propositura.

JUSTIFICATIVA - Errado. A ação de *habeas corpus* é, de fato, um direito fundamental previsto na CF (art. 5.º, inciso LXVIII), mas, para sua propositura, não é necessário constituir advogado, pois essa ação tem natureza de ação popular, isto é, qualquer pessoa pode requerer ordem de *habeas corpus*.

No que se refere ao processo legislativo e às comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens a seguir.

- 72 Pode ser criada CPI para elucidar fatos determinados de interesse público, mas não para apurar fatos que já sejam objeto de investigação criminal do Ministério Público ou da polícia.

JUSTIFICATIVA - Errado. As CPI devem ter como objeto fato oriundo de determinação constitucional (art. 58, § 3.º), mas nada impede que se destinem a esclarecer fatos potencialmente típicos (do ponto de vista penal), ainda que já sejam objeto de investigações do Ministério Público e da polícia.

- 73 Uma das formas de o chefe do Poder Executivo participar do processo legislativo se dá pela sanção, que representa a sua concordância, expressa ou tácita, com projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A sanção do chefe do Poder Executivo (presidente da República, governador de estado ou prefeito municipal) consiste na concordância dele com projeto de lei aprovado no Poder Legislativo. Ela pode ocorrer de forma expressa ou tácita — nesta última hipótese, o chefe do Poder Executivo não veta, no prazo constitucional, o projeto.

Acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue os itens seguintes.

- 74 Apesar da garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público, é possível a perda do seu cargo em razão de decisão judicial ou de sanção administrativa, sendo-lhes permitido o afastamento de suas funções apenas em caso de licença ou aposentadoria.

JUSTIFICATIVA - Errado. O membro do Ministério Público não poderá perder seu cargo por sanção administrativa. De acordo com o art. 128, § 5.º, I, “a”, da CF, não poderá perder seu cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

- 75 As causas que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem competência para julgar dividem-se entre aquelas que lhe chegam por meio da interposição de recursos e aquelas que são iniciadas diretamente nesse tribunal.

JUSTIFICATIVA - Certo. Essa divisão de causas corresponde aos dois conjuntos que tecnicamente constituem a competência recursal

(causas que chegam ao STF por meio de recursos previstos na legislação processual) e a competência originária (causas que se iniciam diretamente no STF, isto é, que já principiam nele).

Julgue os próximos itens, relativos a dado, informação, conhecimento e inteligência.

- 76 É possível que grandes dados numéricos ou textuais não sejam estruturados em razão da ineficiência em modelá-los como uma tabela.

JUSTIFICATIVA - Certo. Dados estruturados e dados não estruturados são duas grandes categorias de dados coletáveis. Dados estruturados são aqueles que se encaixam perfeitamente nas tabelas de dados e incluem tipos de dados discretos, como números, textos curtos e datas. Dados não estruturados não se encaixam perfeitamente em uma tabela de dados devido ao seu tamanho ou natureza: por exemplo, arquivos de áudio e vídeo e documentos de texto grandes. Às vezes, dados numéricos ou textuais podem não ser estruturados, porque é ineficiente modelá-los como uma tabela. Por exemplo, dados de sensor são um fluxo constante de valores numéricos, mas a criação de uma tabela com duas colunas (carimbo de data/hora e valor do sensor) seria algo ineficiente e impraticável. Tanto dados estruturados quanto dados não estruturados são essenciais na análise moderna.

- 77 Informação é a capacidade de compreender, interpretar e aplicar dados de forma estratégica.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a literatura de referência, a diferença entre dados e informação é importante porque mostra que não basta coletar dados. É preciso saber como transformá-los em informação útil e relevante para o negócio. Para isso, é necessário contar com ferramentas e técnicas adequadas, como sistemas de gestão, bancos de dados, planilhas, gráficos, relatórios, *dashboards*, inteligência artificial, entre outras.

Ao utilizá-las, a pessoa dará um passo além da informação e gerará conhecimento, que é a capacidade de compreender, interpretar e aplicar a informação de forma estratégica. O conhecimento permite a tomada de decisões mais assertivas e a criação de soluções inovadoras.

Portanto, a diferença entre dados e informação é essencial para entender como a tecnologia pode contribuir para o melhor gerenciamento do negócio. Os dados são a matéria-prima, a informação é o produto final e o conhecimento é o diferencial.

Acerca de banco de dados, julgue o item a seguir.

- 78 *Queries* que determinam *views* apenas podem ser originadas de tabelas.

JUSTIFICATIVA - Errado. *View* pode ser definida como uma tabela virtual composta por linhas e colunas de dados vindos de tabelas relacionadas em uma *query* (um agrupamento de SELECT, por exemplo). As linhas e colunas da *view* são geradas dinamicamente no momento em que é feita uma referência a ela. A *query* que determina uma *view* pode vir de uma ou mais tabelas, ou até mesmo de outras *views*.

A respeito de modelagem dimensional, julgue os itens que se seguem.

- 79 A modelagem de dados dimensional, em comparação a outros tipos de modelagem de dados, possibilita melhor compreensão dos processos da empresa, pois a forma de organização da apresentação dos registros permite melhor compreensão dos processos de negócio e dos seus impactos.

JUSTIFICATIVA - Certo. A modelagem de dados dimensional utiliza tabelas de fatos e dimensões. Essa maneira de organizar dados facilita a compreensão dos processos do negócio e os seus impactos. Ela organiza a apresentação dos registros de uma maneira muito mais robusta e personalizável.

- 80 No modelo dimensional, tabela fato determina o contexto em que ocorreram os fatos, ao passo que tabela dimensão representa transações, acontecimentos ou outras atividades utilizadas para a medição do funcionamento e dos resultados dos processos de negócio.

JUSTIFICATIVA - Errado. O modelo dimensional é formado por dois tipos de tabela: tabela fato, que representa transações, acontecimentos, ou outras atividades que são utilizadas para medir o funcionamento e os resultados dos processos de negócio; e tabela dimensão, que determina o contexto em que ocorreram os fatos, normalmente presentes em cabeçalhos de linhas no conjunto resposta de consultas realizadas pelos usuários.

Julgue os itens subsecutivos, referentes a mineração de dados.

- 81 Na modelagem da metodologia CRISP-DM, métodos como validação cruzada e métricas de desempenho são empregados para se avaliar o quão bem os modelos se saem em dados não vistos.

JUSTIFICATIVA - Errado. A metodologia CRISP-DM é composta por seis fases interativas que guiam os profissionais de ciência de dados durante todo o processo de descoberta de conhecimento a partir de dados.

- Compreensão do negócio (*business understanding*): antes de iniciar um projeto de análise de dados, é essencial compreender o contexto e os objetivos do negócio; nesta fase, são definidas claramente as metas do projeto, alinhadas aos objetivos estratégicos da organização.

- Compreensão dos dados (*data understanding*): coletar dados relevantes é fundamental para o sucesso do projeto; nesta fase, exploram-se os dados disponíveis, identificamos lacunas e problemas potenciais, e avaliamos a qualidade e a adequação dos dados para o projeto.

- Preparação dos dados (*data preparation*): os dados brutos raramente estão prontos para a análise; nesta fase, realiza-se a limpeza dos dados, tratam-se os valores ausentes ou inconsistentes e integram-se diferentes fontes de dados; o objetivo é criar um conjunto de dados preparados para as etapas subsequentes.

- Modelagem (*modeling*): a fase de modelagem envolve a aplicação de técnicas e algoritmos de modelagem de dados aos dados preparados; selecionam-se as técnicas mais adequadas, como regressão, classificação ou agrupamento, e ajustam-se e avaliam-se os modelos para garantir sua precisão e eficácia.

- Avaliação (*evaluation*): a avaliação dos modelos desenvolvidos é crucial para medir sua qualidade e desempenho; nesta fase, utilizam-se métodos como validação cruzada e métricas de desempenho para avaliar o quão bem os modelos se saem em dados não vistos e, com base nessa avaliação, os modelos podem ser ajustados e aprimorados, se necessário.

- Implantação (*deployment*) A fase final da metodologia CRISP-DM é a implantação do modelo em um ambiente de produção; integra-se o modelo aos sistemas existentes, monitora-se seu desempenho contínuo e garante-se a sua adoção pela equipe de negócios.

- 82 A mineração de dados é o processo de descoberta de padrões e de outras informações valiosas de grandes conjuntos de dados.

JUSTIFICATIVA - Certo. A mineração de dados, também conhecida como descoberta de conhecimento em dados (KDD), é o processo de descoberta de padrões e outras informações valiosas de grandes conjuntos de dados. Em razão da evolução da tecnologia de armazenamento de dados e do crescimento do *Big Data*, a adoção de técnicas de mineração de dados acelerou rapidamente nas últimas duas décadas, tendo ajudado as empresas a transformar seus dados brutos em conhecimento útil. No entanto, apesar de a tecnologia evoluir continuamente, os líderes ainda enfrentam desafios com escalabilidade e automação para lidar com dados em grande escala.

Julgue os itens subsequentes, que versam sobre *Big Data* e visualização e análise exploratória de dados.

- 83** Em *Big Data*, a análise preditiva visa recomendar ações específicas para a identificação de situações em que os resultados da análise podem ser usados para melhorar a eficiência, a eficácia e a produtividade das empresas.

JUSTIFICATIVA - Errado. O objetivo na coleta e manutenção de uma grande quantidade de dados é a geração de valor, por isso são realizadas análises com objetivos específicos.

- Análise descritiva: nesse tipo de análise, os dados são usados para descrever o que aconteceu no passado, podendo-se identificar padrões, tendências e anomalias nos dados.
- Análise diagnóstica: usada para se entender por que algo aconteceu; nesse caso, o interesse é identificar as causas de problemas que já foram notados.
- Análise preditiva: faz-se uma projeção do que irá acontecer no futuro com base em experiências passadas.
- Análise prescritiva: o foco é recomendar ações específicas a serem tomadas, podendo-se usar os resultados da análise para melhorar a eficiência, a eficácia e a produtividade das empresas.
- É importante observar que a escolha do tipo de análise a ser aplicada depende tanto do problema quanto dos dados disponíveis. Diferentes cenários podem exigir mais de um tipo de análise.

- 84** A análise exploratória de dados favorece a identificação da melhor forma de se manipularem fontes de dados para a descoberta de padrões, identificação de anomalias, testagem de hipótese ou verificação de suposições.

JUSTIFICATIVA - Certo. A análise exploratória de dados (EDA) é usada por cientistas de dados para analisar e investigar conjuntos de dados e resumir suas principais características, muitas vezes pelo emprego de métodos de visualização de dados. A EDA ajuda a determinar a melhor maneira de manipular fontes de dados para obter as respostas necessárias, facilitando para os cientistas de dados descobrir padrões, identificar anomalias, testar uma hipótese ou verificar suposições. A EDA é usada principalmente para a percepção do que os dados podem revelar além da modelagem formal ou tarefa de teste de hipóteses e proporciona uma melhor compreensão das variáveis do conjunto de dados e das relações entre elas. Também pode ajudar a determinar se as técnicas estatísticas consideradas para análise de dados são apropriadas.

- 85** *Big Data* são dados não estruturados, em escala de *exabytes*, criados por *sites* de mídia social, transações financeiras e pela própria Internet, sendo muito vastos para serem estruturados em bancos de dados relacionais tradicionais.

JUSTIFICATIVA - Certo. *Big Data* são dados não estruturados, em escala de *exabytes*, criados por *sites* de mídia social, transações financeiras e pela própria Internet; são muito vastos para serem estruturados em bancos de dados relacionais tradicionais. É preciso aprendizado de máquina e IA para descobrir padrões e extrair percepções.

Em relação à natureza, competência e jurisdição do TCDF, segundo a sua lei orgânica, julgue os itens seguintes.

- 86** A indicação de nome para preenchimento de cargos comissionados nos setores de apoio administrativo do TCDF, excetuados os cargos relativos aos gabinetes da Presidência da corte, dos conselheiros e dos auditores, depende de prévia aprovação em sessão administrativa.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como regra, o provimento de cargos em comissão no TCDF depende de prévia aprovação em sessão administrativa. As únicas exceções são os cargos comissionados referentes aos gabinetes da Presidência, dos conselheiros e dos auditores, de acordo com o disposto no art. 4.º, § 2.º, da Lei Orgânica do TCDF.

- 87** O TCDF pode fiscalizar de ofício irregularidade na aplicação de recurso público distrital, independentemente da iniciativa de qualquer órgão ou autoridade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os tribunais de contas podem agir tanto de ofício quanto por provocação através da iniciativa de algum órgão ou autoridade pública. No âmbito do TCDF, essa possibilidade está prevista no art. 1.º, § 3.º, da Lei Orgânica do TCDF.

- 88** Compete ao TCDF julgar as contas do governador do DF e dos demais administradores de valores públicos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O TCDF não detém competência para julgar as contas do governador do DF, mas apenas para apreciá-las e emitir parecer prévio para subsidiar o julgamento a ser realizado pela Câmara Legislativa do DF, e não pela corte de contas. É o que dispõe o art. 1.º, I, da Lei Orgânica do TCDF.

- 89** Diferentemente do que ocorre com os atos de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, os atos de concessão de aposentadoria por invalidez não são registrados pelo TCDF, uma vez que seguem o rito próprio conduzido pela junta médica oficial do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. No registro dos atos de concessão de aposentadoria, a CF e a lei não fazem qualquer distinção em relação à aposentadoria por invalidez. Assim, o ato de concessão da aposentadoria por invalidez também deve ser registrado pelo TCDF tal como as demais modalidades de aposentadoria. É o que dispõe o art. 1.º, III, da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito da composição do TCDF, do seu Plenário, das suas câmaras e das competências do seu presidente, julgue os itens que se seguem.

- 90** Cabe ao presidente dirigir o TCDF, devendo aquele solicitar autorização do Plenário do tribunal para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. A competência do presidente do TCDF para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão independe de autorização do plenário da corte, conforme estabelece o art. 68, I e IV, da Lei Orgânica do TCDF.

- 91** O auditor, ao substituir um conselheiro, terá as mesmas garantias e prerrogativas do titular, não podendo, entretanto, tomar parte nas eleições para presidente do TCDF.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está certo e evidencia a interpretação e a aplicação conjunta do art. 63, § 3.º, c/c art. 67, § 8.º, da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito dos conselheiros, dos auditores e do Ministério Público, julgue os itens seguintes, de acordo com a Lei Orgânica do TCDF.

- 92** Integram o Ministério Público que atua junto ao TCDF procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor, eleitos para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Ministério Público junto ao TCDF possui procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor. O mandato de cada uma dessas funções é de 2 anos, admitindo-se apenas uma recondução pelo mesmo período. Logo, o prazo consecutivo máximo de desempenho de cada uma daquelas funções é de 4 anos. É o que dispõem os arts. 76-A e 76-B da Lei Orgânica do TCDF.

- 93** Os conselheiros e os auditores do TCDF adquirem a vitaliciedade com a posse nos respectivos cargos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Somente os conselheiros adquirem a vitaliciedade com a posse no cargo. A vitaliciedade dos auditores é adquirida após dois anos de exercício no cargo, nos termos do art.

75, *caput*, da Lei Orgânica do TCDF.

- 94** O requisito de notório conhecimento jurídico, contábil, econômico e financeiro ou de administração pública para ocupar o cargo de conselheiro pode ser substituído pela comprovação do exercício, por mais de 10 anos, de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os requisitos legais para ocupar o cargo de conselheiro não podem ser substituídos. Os dois predicativos mencionados na assertiva são requisitos cumulativos, e não alternativos, ou seja, o conselheiro do TCDF deve possuir, além do notório conhecimento em alguma das áreas técnicas mencionadas, a experiência profissional de mais de 10 anos. O art. 69 da Lei Orgânica do TCDF dispõe acerca dos requisitos para ocupar o cargo de conselheiro do TCDF.

Em relação aos serviços auxiliares do TCDF, julgue o item a seguir.

- 95** Ao servidor responsável pela execução dos serviços administrativos no TCDF é assegurada a prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição desse tribunal de contas.

JUSTIFICATIVA - Errado. A prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do tribunal de contas é atribuída apenas ao servidor que exerce funções específicas de controle externo no TCDF, ou seja, não alcança os servidores responsáveis pela execução dos serviços administrativos. É o que dispõe o art. 77, *caput*, c/c art. 78, *caput*, e art. 79, I, da Lei Orgânica do TCDF.

Espaço livre
